

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar

Período de Análise: 01/09/2016 a 30/09/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio Eletrônico da CPT
Sítio Eletrônico da CONAB
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Cooperativa de assentados gaúchos aposta em novos produtos orgânicos. INCRA, 02/09/2016.	4
MDSA recebe representantes de organizações da agricultura familiar. Site do MDSA, 08/09/2016.	6
Secretário Caio Rocha recebe movimentos sociais para discutir o PAA. Site do MDSA, 08/09/2016.	7
Caisans estaduais retomam debate sobre adesão dos municípios ao Sisan. Site do MDSA, 08/09/2016.	8
Transgênicos já chegam a 93% da área plantada com soja, milho e algodão. Laís S. Araújo. Site do MST, 08/09/2016.	9
Batalhão Ferroviário, em Lages (SC), lança primeira chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 09/09/2016.	12
Educadores debatem alimentação saudável como um direito de todos. Site do MST, 10/09/2016.	14
Governo vai comprar sementes de milho da agricultura familiar. FETRAF, 12/09/2016.	15
Agricultura familiar catarinense fornece alimentos para todo o país. FETRAF, 14/09/2016.	16
Alimentos saudáveis fazem bem ao corpo, à natureza e aos negócios. O Estado de São Paulo, 14/09/2016.	17
MDSA reforça continuidade dos programas de segurança alimentar na plenária do Consea. Site do MDSA, 15/09/2016.	19
Conselheiros da Segurança Alimentar e Nutricional do País preparam reivindicações para o Governo. Patrícia Costa. FETRAF, 16/09/2016.	20
Governo federal discute indicadores para avaliar segurança alimentar da população. Site do MDSA, 20/09/2016.	21
PAA Leite reajusta preço pago aos agricultores familiares. Site do MDSA, 20/09/2016.	22
Fusão entre Bayer e Monsanto deve agravar insegurança alimentar no Brasil. Cida de Oliveira. Site do MST, 20/09/2016.	23
Seagri-DF abre chamada pública para compra de alimentos orgânicos. FETRAF, 26/09/2016.	26
Agricultores Familiares do assentamento Chapadinha são selecionados no PNAE. FETRAF, 26/09/2016.	27
Unidade do Exército em SC abre chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 27/09/2016.	29
Institutos Federais de Educação investem R\$ 951 mil na compra de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 28/09/2016.	30
PAA repassa R\$ 12,9 milhões a agricultores familiares em setembro. Site do MDSA, 28/09/2016.	31
CONTAG presente no II Fórum da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP. COMTAG, 29/09/2016.	32

Declaração II Fórum da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional na C PLP - FAFSAN II. CONTAG, 30/09/2016.....	34
Em áreas de commodities, índices de malformados é 300% acima da média, diz defensor. Nadiane Nascimento. Site do MST, 30/09/2016.....	37
A destruição por trás de certa cultura alimentar. Inês Castilho. Site do MST, 30/09/2016.....	40

Cooperativa de assentados gaúchos aposta em novos produtos orgânicos. INCRA, 02/09/2016.

Uma das principais linhas produtivas dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre (RS) – o arroz agroecológico –, está em exposição mais uma vez na 18ª Feira da Agricultura Familiar, durante a 39ª Expointer, que ocorre até domingo (4) na cidade de Esteio (RS).

Em busca de novos mercados, a Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (Coperav) inovou neste ano, oferecendo farinhas de arroz com certificação orgânica e panificados elaborados com esse tipo de produto. Entre os itens mais vendidos estão o bolo de mandioca/aipim e de laranja e os cupcakes feitos com farinha de arroz – na média de 20 unidades de cada, todos os dias. A lista inclui pacotes (500 gramas) de farinha de arroz branca e integral, pacotes de arroz orgânico arbóreo e vermelho, biscoitos a base de trigo e aipim (congelado e higienizado).

A cooperativa apostou em novas receitas a fim de atrair um público específico, principalmente aquele com restrições ou intolerâncias a algum tipo de substância (como o glúten, por exemplo). “No ramo dos panificados, temos uma boa oferta na agricultura familiar. Procuramos um produto diferenciado, com valor agregado, que o mercado absorve tranquilamente. Conseguimos fornecer ao consumidor por um preço mais acessível, já que deriva da nossa produção principal, que é o arroz agroecológico”, comenta o responsável pelo setor de vendas da Coperav, Guilherme Vivian. Após participarem por três anos consecutivos da Expointer, em 2015 os cooperados preferiram investir em aperfeiçoamento para apresentar os produtos derivados do arroz nesta edição. “É uma oportunidade de negócio porque abre muito mercado. Aqui temos contato direto com o cliente”, acrescenta Guilherme.

Um dos interessados é o empresário Alexandre Debus Hefler, que pretende inaugurar um armazém de produtos coloniais em novembro próximo, na cidade de Novo Hamburgo. Ao prospectar fornecedores na Feira, ele conheceu o arroz (com destaque ao vermelho) e a farinha da Coperav. “Meu objetivo é olhar oportunidades de pequenos agricultores para disponibilizar aos meus clientes um produto natural. Meu foco é o orgânico, porque além de ter boa aceitação, remete à ideia de saúde, qualidade de vida e

longevidade. Hoje, as pessoas têm um nível de consciência mais avançado e se preocupam com isso”, justifica.

O estande da Coperav também foi visitado, na última terça-feira (30/8), por um grupo de estudantes e professores da Escola da Família Agrícola de Caxias do Sul. Eles conhecem o trabalho dos assentados de Viamão, pois a agricultura orgânica integra a grade curricular. A professora Heloísa Camello salienta que, na Expointer, a turma teve a oportunidade de conferir uma das últimas etapas da cadeia produtiva – a comercialização.

Coperav

Há dois anos a cooperativa vêm se especializando na fabricação de farinhas, com o objetivo de reaproveitar os subprodutos do arroz agroecológico. A presidente da entidade, Rose Canzarolli, explica que “é uma forma de transformar o que sobra em alimento”. O grão quebrado ou menor não é selecionado (a legislação prevê apenas 7% deles em um quilo de arroz) e segue para o engenho. Segundo Rose, em todas as receitas de pães, biscoitos e cucas, feitas com farinha de trigo, é adicionado cerca de 30% de farinha de arroz. O próximo desafio é a produção de macarrão de farinha de arroz.

Os alimentos são comercializados em feiras ou por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - em contratos com escolas de Viamão, Porto Alegre, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha, Balneário Pinhal, Cidreira, Capivari do Sul e Palmares do Sul. Somente de arroz são vendidos entre 8 mil e 10 mil quilos por mês.

A Coperav é formada por 184 famílias do assentamento Viamão/Filhos de Sepé e mais 14 agricultores familiares. Conta com uma agroindústria de panificados, outra de vegetais e o moinho.

Veteranos

O pavilhão da agricultura familiar na Expointer reúne 227 empreendimentos, dos quais nove são da reforma agrária. Seis deles em estandes: Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (Coopan – localizada em Nova Santa Rita), Cooperativa da Agropecuária Cascata (Cooptar – em Ronda Alta), Agroindústria Mãe Natureza (de

Pedras Altas), Agroindústria Familiar Camponês (de Jóia), Bionatur (Candiota), além da Coperav. Elas oferecem arroz orgânico, salames e embutidos, queijos e bebidas lácteas, panificados e sementes orgânicas.

Outros três representantes estão na praça de alimentação do pavilhão: a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap – Eldorado do Sul), que há 16 anos oferece o tradicional carreteiro (prato típico gaúcho com arroz agroecológico), e os sucos naturais das famílias Camargo (assentada em Viamão) e Zatti (de assentamentos de Nova Santa Rita).

Para Antônio Camargo Fernandes, a Expointer é uma vitrine para a reforma agrária e para os assentamentos. “É um espaço muito bom, onde podemos mostrar tudo que produzimos e fazemos. As vendas são boas, mas o melhor mesmo é a vitrine”, afirma ele, que vende sucos desde a primeira Feira da Agricultura Familiar, há 18 anos. Animado, o assentado comemora o aumento das vendas, 10% superior às do ano passado.

MDSA recebe representantes de organizações da agricultura familiar. Site do MDSA, 08/09/2016.

Secretários Alberto Beltrame e Caio Rocha reforçaram compromissos com programas e ações

Brasília – O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Alberto Beltrame, e o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Caio Rocha, receberam nessa terça-feira (6) representantes dos movimentos sociais do campo e das organizações da agricultura familiar. Na reunião, foram discutidos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as políticas de assistência técnica e extensão rural e a faixa rural para o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Perguntado sobre os programas e ações da pasta, o secretário Beltrame reafirmou o compromisso do governo federal com a segurança alimentar. “O governo está trabalhando na construção de alternativas para suprir o baque do orçamento”.

Na ocasião, o secretário Caio Rocha destacou que estão previstos R\$ 478 milhões para o PAA neste ano. “Não queremos e não vamos fugir das nossas responsabilidades. Os ministérios envolvidos estão trabalhando de forma integrada, e estamos tratando o programa como prioridade”, disse.

Participaram da reunião representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento das Mulheres Camponesas (MCP), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Conselho Missionário Indígena (Cimi) e Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf).

Secretário Caio Rocha recebe movimentos sociais para discutir o PAA. Site do MDSA, 08/09/2016.

Recursos não executados podem ser redistribuídos para atender estados mais pobres

Brasília – O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Caio Rocha, reuniu-se nesta quinta-feira (8) com representantes de movimentos sociais para discutir a execução orçamentária do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Na ocasião, o secretário afirmou que a previsão é executar 100% dos R\$ 478 milhões orçados neste ano. “Temos R\$ 100 milhões contingenciados, mas estamos trabalhando para chegar ao fim do ano com esse desempenho”, reforçou.

Caio Rocha também falou do empenho do ministério em atender os estados que mais precisam. “Estamos avaliando a possibilidade de os recursos que não forem executados pelas superintendências da Conab serem redistribuídos para atender demandas reprimidas, pela ordem dos estados mais pobres”.

Participaram da reunião representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MCP), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

Caisans estaduais retomam debate sobre adesão dos municípios ao Sisan. Site do MDSA, 08/09/2016.

Fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional é tema de encontro promovido em Brasília

Brasília – O fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) é o tema principal da 14ª Reunião das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans Estaduais). O encontro começou nesta quinta-feira (8) e prossegue até sexta (9), em Brasília.

Atualmente, 183 municípios e todos os estados e o Distrito Federal já aderiram ao Sisan. “Queremos que todos participem e façam a adesão. Quanto mais aderirem, mais fácil será constituir uma política de segurança alimentar e nutricional”, reforçou o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Caio Rocha.

O secretário destacou ainda que os gestores também precisam priorizar as ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan). “A gente quer passar o plano pelo conselho de ministros e trabalhar permanentemente. O Plansan não é estático; é um processo”.

Destaque entre os estados, o Maranhão está avançado na implantação do Sisan. Até o fim do ano, o estado espera ter 57 municípios aderidos ao sistema. Para a secretária-adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão, Lurvídia Serrão Araújo Caldas, o diferencial para a implantação da iniciativa foi ter uma Caisan forte. “Precisávamos de uma Caisan que funcionasse. Hoje temos um Conselho atuante e uma Caisan fortalecida.”

Por ter um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, o desafio com a alimentação saudável no Maranhão é grande. Uma das ações levará 30 Centros de Referência de Segurança Alimentar para os municípios de menor IDH. Além da alimentação, as pessoas receberão atividades sobre nutrição e cursos de capacitação, e serão encaminhadas à prática de atividades físicas. “Há ainda o Guia de Educação Alimentar e Nutricional, em parceria com a secretaria de Educação, para tratar da questão da Segurança Alimentar nas escolas”, explicou.

Além das Caisans estaduais, o encontro reúne representantes da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e dos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Transgênicos já chegam a 93% da área plantada com soja, milho e algodão. Laís S. Araújo. Site do MST, 08/09/2016.

A presença de sementes de soja transgênicas chega perto de 100%; estudo mostra os perigos desta tecnologia

No Brasil, a utilização de sementes transgênicas chegará a 93,4% nas plantações de soja, algodão e milho. Sim - segundo a Consultoria Céleres, empresa especialista em análises do agronegócio -, o país possuirá 49,1 milhões de hectares destinados a sementes geneticamente modificadas para estas culturas na safra 2016/2017.

Esse dado também torna país o segundo maior produtor de transgênicos do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, que aprovou o cultivo e consumo de seu primeiro alimento transgênico - o tomate Flavr Savr - nove anos antes do Brasil. Apesar do domínio da tecnologia no território brasileiro, há poucas respostas concretas sobre seus efeitos: ainda existe muita controvérsia em relação aos possíveis danos à saúde e ao meio ambiente e acerca da soberania alimentar da população.

Para Rubens Nodari, pesquisador e professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a posição alta do Brasil nos rankings da bioctenologia se relaciona com a aprovação ‘tardia’ da cultura no país - o que significa que, enquanto nos outros países começa a haver um retrocesso nas plantações, no território brasileiro ela ainda está em expansão. “Em breve deve haver um equilíbrio”, pondera. A entrada das sementes modificadas geneticamente, no entanto, foi iniciada antes de 2003, quando a legislação brasileira do tema foi sancionada; nos anos anteriores, as sementes de soja Roundup Ready da Monsanto eram contrabandeadas da Argentina para plantações no Rio Grande do Sul.

A Monsanto e a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) foram, na época, acusadas por diferentes entidades de incentivar a produção ilegal e ignorar as leis

brasileiras para disseminar os transgênicos. Apesar disso, a própria Monsanto publicou um comunicado afirmando que tomaria medidas para coibir o plantio ilegal e se dizia injustiçada, já que não recebia royalties dos agricultores. A entrada ilegal destas sementes, no entanto, foram fundamentais para a liberação destes cultivos na agricultura brasileira. Desde este imbróglio inicial, o crescimento no país foi tremendo: em 2004 o Brasil possuía apenas 5 milhões de hectares transgênicos, segundo dados do Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (Isaaa). O aumento da produção e consumo por brasileiros, porém, não foi acompanhado pelas incertezas em relação à segurança do seu consumo.

Enquanto instituições como a Academia Nacional de Ciência dos Estados Unidos divulgam que os alimentos transgênicos não causam riscos à saúde, estudos que seguem diferentes metodologias dizem o contrário. “A verdade é que nós não temos estudos de longo prazo sobre os efeitos dos transgênicos na saúde, exceto do [cientista Gilles-Eric] Seralini, na França”, explica Nodari, que também já foi membro da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O estudo de Seralini retratado pela própria revista científica detectou tumores cancerígenos em ratos alimentados com milho transgênico. “O desenho experimental da pesquisa foi para detectar alterações bioquímicas e falhas biológicas. Acontece que, inesperadamente, apareceu câncer - nos machos no quarto mês e nas fêmeas no sétimo. E as agências regulatórias só exigem testes de três meses de duração. Mas por quê, se os problemas começam a aparecer depois?”.

Além disso, a saúde da população também pode ser afetada pelos agrotóxicos; uma das maiores promessas dos transgênicos era a possível diminuição do uso dos defensivos, o que não aconteceu no Brasil. Segundos o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), entre 2000 e 2012 o uso de agrotóxicos cresceu em 288%. Já a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mesmo sem buscar traços do glifosato, principal defensivo usado no país, detectou que 64% dos alimentos dos brasileiros estão contaminados por agrotóxicos.

E quando o agrotóxico não se dispersa no ar, ele pode se alojar no organismo. Essa é a explicação para os traços de agrotóxicos que foram encontrados no leite materno de mulheres do município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. A informação, divulgada em dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), ressalta que

entre os riscos da exposição - inclusive aos recém-nascidos - estão as intoxicações agudas, como convulsões ou vômitos, ou efeitos crônicos a longo prazo, a exemplo de cânceres ou más-formações congênitas.

Para o meio ambiente, há indícios de contaminação da água de mananciais. “O aumento de agrotóxicos é um efeito indireto dos transgênicos, mas é uma questão brutal”, explica o pesquisador Rubens Nodari. “Entre os outros impactos dos transgênicos estão as toxinas produzidas, que podem causar danos a organismos benéficos como as abelhas, e a perda de variedade genética, decorrente do fluxo gênico.” Este fluxo causa uma “mistura” entre os genes das plantas. “O impacto, que já existe, é um aumento da contaminação das variedades não-transgênicas pelas transgênicas, causando a erosão genética. A constituição genética que estão nas variedades crioulas pode ser perdida.”

E a soberania alimentar?

Para entender o conceito de soberania alimentar, é preciso se situar historicamente: antes da mecanização da agricultura toda a alimentação era baseada em sementes crioulas, tradicionais. “Ali, então, a soberania era plena”, explica André Dallagnol, advogado da organização Terra de Direitos. “Os agricultores detinham o controle sobre suas sementes e poderiam fazer melhorias, armazenar, vender, expor ou trocar livremente. A partir do momento em que há controle de mercado e escassez provocada por efeito de legislação, patenteamento ou alteração genética, você passa a ter dependência de quem tem controle sobre as sementes”.

A questão é transversal e afeta de grandes a pequenos produtores, além da soberania de produção dos próprios países. “Antes, o Brasil tinha o controle de patenteamento de sementes, sendo soberano sobre sua própria produção. Depois, essa produção passou a ter que contar com autorização e pagamento de direitos às empresas transnacionais, que têm controle de mercado sobre elas.” Como a agricultura afeta a alimentação de toda a população brasileira, a perda da soberania afeta o país como um todo, mas tem um efeito diferenciado sobre o pequeno produtor.

Hoje, na aquisição das sementes, o valor da propriedade intelectual já está incluída. Mas, na hora da compra, existe uma produtividade estimada: se o produtor produzir mais do que isso, ele paga royalties novamente. “E um grande produtor tem mais capacidade de absorver impactos como esse do que um pequeno”, afirma Dallagnol.

É estimado que, apenas no Rio Grande do Sul, e somente com a venda da semente Roundup Ready (RR1), a Monsanto tenha arrecadado mais de R\$ 1 bilhão em dez anos, segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag). “Também é muito comum acontecer, por falta de cumprimento das normas entre cultivos, contaminação das sementes crioulas ou orgânicas pela transgenia. E se for identificado transgenia nas sementes, mesmo por contaminação, o produtor é obrigado a pagar royalties”, explica o advogado.

Além disso, Dallagnol ressalta que historicamente a diversidade de sementes foi resultado de experimento dos pequenos produtores, como famílias agrícolas ou povos indígenas. “Quando você tem um controle absoluto das sementes, empurrando as pessoas para ilegalidade, você cria um desestímulo na procura da diversidade. Para as grandes empresas, o melhoramento genético acontece dentro de um laboratório, a partir de uma tecnologia com visão limitada, que vai fortalecer mais aspectos econômicos do que aspectos culturais e sociais.”

A observar

A produção transgênica é alvo de uma série de projetos de lei, como a recente tentativa de retirar o aviso de traços transgênicos dos rótulos de alimentos (PLC 34/2015). Atualmente, está em discussão o PL 827/2015, que modifica a Lei dos Cultivares. O principal ponto de mudança é a previsão de que o agricultor pague royalties sobre sementes que foram guardadas para uso próprio. Ou seja: produtores que salvam sementes de uma safra para outra precisariam pagar, novamente, royalties às empresas.

Batalhão Ferroviário, em Lages (SC), lança primeira chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 09/09/2016

Unidade do Exército vai adquirir 19 toneladas de alimentos por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos

Brasília – O 1º Batalhão Ferroviário do Exército, com sede em Lages (SC), abriu sua primeira chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

No total, serão investidos R\$ 105 mil na aquisição de 19 toneladas de alimentos (frutas, ovos e legumes). Os produtos vão atender as demandas de alimentação da tropa do 1º Batalhão Ferroviário.

A coordenadora-geral de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Heliel Santos, destaca o potencial da agricultura.

“O nosso papel é justamente o de aproximar oferta e demanda. Realizamos um seminário chamando todos os empreendimentos da agricultura familiar e também os representantes das Forças Armadas para mostrar o potencial do agricultor familiar em Santa Catarina. Essa é a primeira chamada pública nessa modalidade no estado”.

Na modalidade Compra Institucional, cada agricultor familiar poderá vender até o limite de R\$ 20 mil, por ano, para cada órgão comprador. Já para as cooperativas ou associações, o limite é de R\$ 6 milhões por ano, por órgão comprador.

Para entidades da administração pública federal direta e indireta, a legislação atual determina seja destinado ao menos 30% dos recursos em gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.

Fonte de renda - Agricultor da zona rural de Lages, Alisson Correa de Jesus produz hortaliças e garante que vai participar da chamada pública. “Pra nós, é uma nova fonte de renda. Com essa chamada, vamos ganhar um amplo mercado”, disse.

Produtores individuais, grupos formais e informais cadastrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) poderão participar da chamada.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e a proposta de venda até o dia 16 deste mês, na Seção de Licitações e Contratos do 1º Batalhão Ferroviário, localizado na avenida 2º Batalhão Rodoviário, s/n, bairro Conta-Dinheiro.

Educadores debatem alimentação saudável como um direito de todos. Site do MST, 10/09/2016.

Seminário de formação coloca a necessidade de discutir a atual crise alimentar existente no campo e nas cidades do país

Alimentação saudável é foco de debate em seminário de formação na Bahia. Realizado pelo setor de educação, o espaço colocou a necessidade de discutir a atual crise alimentar existente no campo e nas cidades do país. Além disso, debateram o fortalecimento da campanha contra os agrotóxicos, tendo a agroecologia como horizonte de transformação.

O 2º Seminário de Formação da Brigada Elias Gonçalves de Moura contou com a participação de 80 educadores e educadoras da Reforma Agrária e ocorreu no sábado (03), no Pré Assentamento Irmã Dorothy, em Eunápolis, Extremo Sul da Bahia. O espaço que mobilizou o setor de educação junto com as escolas do campo, teve como tema: “Alimentação Saudável: Um direito de todos!”

No período da manhã, os participantes estudaram os fundamentos da agroecologia, a concepção de agricultura familiar e a construção das experiências em torno da soberania alimentar pela Escola Municipal Caminho da Esperança.

Em seguida, representantes da Escola Estrela do Chê realizaram uma análise da 3ª edição do livro “Agroecologia: base científica para uma agricultura sustentável”, onde foi ressaltado a influência que as grandes empresas, o latifundiário e a burguesia têm sobre modo de produção brasileiro.

Educação e alimentação saudável

Para os educadores, não dá para falar de alimentação saudável sem debater o patrimônio alimentar e a geração de renda para os pequenos agricultores, pois o modelo de produção do agronegócio visa somente a geração de renda ao capital e não garante boa alimentação à população.

De acordo com Jazian Mota, da direção estadual do MST, a lógica de produção do agronegócio tem provocado grandes danos sócio, econômico, cultural e ambiental à região.

“Diante disso, só a agricultura camponesa poderá dá resposta eficaz ao dilema da crise alimentar e ambiental no planeta. São os camponeses que atualmente produz mais de 70% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros e isso precisa ser levado em consideração”.

Contra os agrotóxicos e pela vida

As iniciativas em torno deste tema se fortaleceram, a partir de 2010 na região, com a campanha de erradicação de agrotóxicos, “Extremo Sul pela vida! Agrotóxico zero!”.

Desde então, a campanha vem realizando diversas iniciativas de formação e implantação de projetos para se contrapor ao modelo capitalista de produção.

Ao final, os educadores concluíram que pensar em soberania alimentar e alimentos de qualidade às famílias e futuras gerações, significa pensar na construção da agroecologia como modelo de enfrentamento e combate ao modelo de produção das empresas e dos latifundiários.

Governo vai comprar sementes de milho da agricultura familiar. FETRAF, 12/09/2016.

Serão adquiridos 240.500 kg de sementes de milho de agricultores familiares, sendo 121.700 kg da variedade crioulo pixurum e 118.800 kg da Al Bandeirantes

Estão abertas as inscrições para a venda de sementes de milho crioulo pixurum e de milho variedade Al Bandeirantes para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) no Mato Grosso do Sul. A habilitação e a proposta de venda deverão ser entregues no dia 19 de setembro na sede da Companhia, em Campo Grande.

Serão adquiridos 240.500 kg de sementes de milho de agricultores familiares, sendo 121.700 kg da variedade crioulo pixurum e 118.800 kg da Al Bandeirantes, com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O limite de venda por agricultor familiar (DAP pessoa física) é de R\$ 16 mil por ano.

A compra foi solicitada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Mato Grosso do Sul e as sementes serão doadas a famílias de assentados e agricultores familiares do estado.

Como participar

Para participar, associações ou cooperativas da agricultura familiar devem enviar à Companhia, além da proposta de participação conforme modelo pré-determinado, prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cópia da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Jurídica, entre outros documentos listados no edital.

Também é preciso que a entidade que pretende ser fornecedora estejam registrada no Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas, instituído pela Portaria MDA nº 51, de 3 de outubro de 2007. No caso de cultivar convencional, é necessário inscrição do produtor das sementes no Registro Nacional de Cultivares e inscrição do produtor das sementes do Registro Nacional de Sementes e Mudas.

Agricultura familiar catarinense fornece alimentos para todo o país. FETRAF, 14/09/2016.

As aquisições fazem parte da primeira chamada pública de 2016 para compras institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional de Santa Catarina, está investindo mais de R\$ 3,3 milhões na compra de feijão e farinha de milho da agricultura familiar. Os alimentos serão destinados a famílias de indígenas, acampados e outros grupos populacionais em situação de insegurança alimentar em todo o país.

Estão sendo adquiridos cerca de 450 mil quilos de feijão preto e quase 123 mil quilos de farinha de milho, que serão encaminhados para os estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do

Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, além do Distrito Federal.

As aquisições fazem parte da primeira chamada pública de 2016 para compras institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Companhia em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

A segunda chamada pública, para compra de arroz beneficiado, farinha de mandioca, feijão preto, farinha de milho e leite em pó integral, está com inscrições abertas até o final da tarde desta terça-feira (13). Os alimentos serão adquiridos pelas superintendências regionais da Companhia em Alagoas, Amazonas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para entrega em diversas regiões.

As associações e cooperativas interessadas devem encaminhar o formulário com a proposta de venda à superintendência da Conab no respectivo Estado, acompanhado da documentação exigida no edital (como cópia do CNPJ da organização e DAP Jurídica, entre outros) e de amostra do produto para avaliação prévia.

Alimentos saudáveis fazem bem ao corpo, à natureza e aos negócios. O Estado de São Paulo, 14/09/2016.

O interesse crescente por uma vida saudável está aumentando a busca por alimentos funcionais, orgânicos e mais próximos da produção natural. E cria oportunidades para as empresas atuarem em um mercado bilionário que vem se destacando do segmento de alimentos mais tradicionais, segundo a consultoria Euromonitor.

A pesquisa de 2015 da consultoria revela que o mercado mundial de comidas e bebidas orgânicas, funcionais e ligadas à saúde e ao bem-estar gerou receitas de 726 bilhões de dólares. O Brasil é o quinto maior mercado de alimentos saudáveis, movimentando 27,5 bilhões de dólares. No período entre 2010 e 2015, o crescimento acumulado brasileiro foi de 44%, quase o triplo da média mundial (15%).

“Há um mercado consolidado de comida saudável na Europa e nos Estados Unidos, que querem consumir produtos frescos e com poucos aditivos químicos. No Brasil, essa

procura tende a crescer, principalmente pela demanda de alimentos com mais qualidades nutritivas”, de acordo com Juliano Assunção, diretor da organização Climate Policy Initiative no Brasil e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.

Nos supermercados, é possível constatar que os consumidores estão se interessando mais por comidas e bebidas com baixos componentes químicos. Pesquisa da Kantar Worldpanel de julho de 2015 sobre hábitos de consumo revela que 79% dos consumidores admitiram ter substituído a alimentação convencional por comidas mais saudáveis.

Em alguns casos, categorias tradicionais registraram queda nas vendas. Como a de açúcar refinado, que recuou 7% no primeiro semestre comparado ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, a procura pela versão demerara, sem aditivos químicos, subiu 47% e a de orgânico, 88%. As vendas de massa seca mostraram crescimento de 4%, porém a versão integral cresceu mais: 11%.

A Korin foi uma das empresas que acompanhou a expansão do segmento de alimentos saudáveis. “Crescemos acima do mercado no ano passado”, segundo Reginaldo Morikawa, diretor superintendente da Korin. Um dos motivos para o bom desempenho é a alta procura por esses produtos. O executivo cita a criação de trutas de forma natural, sem aditivos e antibióticos, na Serra da Mantiqueira (MG). “Lançamos em julho e a aceitação tem sido ótima” Além da truta, a Korin produz carnes bovinas e aves de forma orgânica.

Em 2012 e 2013, a Korin venceu o Prêmio ECO com técnicas de criação de aves que respeitam o ciclo de vida na natureza e sem aditivos que aceleram o crescimento. A ração dos animais é de origem vegetal. Para atender ao mercado de hortaliças, as plantações da propriedade não recebem agrotóxicos ou fertilizantes químicos.

Na Bahia, o palmito de pupunha da Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia (Coopalm) é produzido conforme princípios sustentáveis e de inclusão social. O palmito cultivado pelos pequenos agricultores não é orgânico.

O ciclo natural do palmito de pupunha é de três anos para maturação, mas fertilizantes aceleram o processo de colheita em cerca de um ano. “Nossos cooperados são pequenos agricultores e não podem esperar tanto tempo para ter retorno financeiro”, disse Josimar Cícero da Silva, diretor executivo da Coopalm.

A cooperativa está se preparando para produzir cacau, guaraná e cravo de forma orgânica, acrescenta o diretor. A Coopalm conquistou um Prêmio ECO em 2011 na modalidade Sustentabilidade em Processos. De modo geral, empresas que vendem

alimentos com apelo saudável seguem princípios de sustentabilidade. A engenheira agrônoma Araci Kamiyama, membro do conselho deliberativo da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), afirma que o incentivo à agricultura orgânica é uma forma de criar impactos ambientais menores e melhorar o aproveitamento dos recursos naturais. “O cultivo sustentável é capaz de atender à demanda mundial de alimentos. Mas isso também passa por questões de incentivo público e conscientização do consumidor”

O espaço para crescer no mercado de alimentos saudáveis no Brasil ainda é muito grande, se comparado ao resto do mundo. A produção nacional tem que crescer em 20% até 2020 para atender à demanda mundial, segundo o ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. E os alimentos saudáveis podem responder por uma fatia cada vez maior desse mercado.

MDSA reforça continuidade dos programas de segurança alimentar na plenária do Consea. Site do MDSA, 15/09/2016.

Secretário Caio Rocha reafirmou compromisso com fortalecimento dos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Cisternas

Brasília – Os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e Cisternas estão garantidos para os próximos anos. A afirmação é do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Caio Rocha, que participou, nessa quarta-feira (14), da reunião plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

De acordo com Caio Rocha, a previsão é executar 100% dos R\$ 478 milhões orçados para o PAA em 2016. O ministério quer ampliar o programa para fortalecer ainda mais a agricultura familiar. “Queremos ampliar as compras institucionais. Vamos também conversar com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário para que a gente possa acoplar a esse projeto a questão da assistência técnica e extensão rural.”

O Consea questionou a continuidade do Programa Cisternas no Semiárido e na Amazônia. Segundo o secretário, o MDSA duplicou o orçamento do programa para

garantir cisternas de primeira água (consumo humano) e de segunda água (para produção). Serão investidos R\$ 250 milhões em 2017. “Há necessidade de fortalecer esse programa, pois ele atua diretamente para a saúde e a sobrevivência das pessoas. Nós queremos qualificar cada vez mais esse trabalho.”

Plano – Durante a reunião, Caio Rocha reafirmou o compromisso do governo federal com as ações para a promoção da alimentação saudável e adequada. Ele destacou ainda que o segundo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) será enviado em breve para aprovação dos ministros do pleno da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan).

Principal instrumento de planejamento, gestão e execução das ações para o período de 2016 a 2019, o plano traz um conjunto de 121 metas e 99 ações estruturadas a partir dos grandes desafios voltados para o acesso, a produção e o consumo de alimentos saudáveis.

Conselheiros da Segurança Alimentar e Nutricional do País preparam reivindicações para o Governo. Patrícia Costa. FETRAF, 16/09/2016.

Conselheiros destacaram a importância do colegiado, enquanto espaço democrático de construção de políticas públicas, como também fiscalizadora, para a soberania alimentar e nutricional do País.

As lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF BRASIL), que fazem parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), destacaram a importância do colegiado, enquanto espaço democrático de construção de políticas públicas, como também fiscalizadora, para a soberania alimentar e nutricional do País, durante a 23ª Reunião Plenária, que aconteceu esta semana, no auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, em Brasília.

Temas relacionados ao atual cenário político e econômico do país e o fortalecimento dos conselhos estaduais e sua integração com o Consea Nacional também foram pontos

centrais das discussões. Além disso, os conselheiros defendem a continuidade das políticas públicas que avançam na segurança alimentar e a garantia dos direitos conquistados ao longo dos anos, como a exemplo da participação popular no planejamento das políticas agrárias e que envolvem a produção e desenvolvimento sustentável.

O coordenador da CONTRAF BRASIL e conselheiro do Consea, Marcos Rochinski, diz que nesse momento da conjuntura política a sociedade precisa estar atenta as propostas políticas. “Preparamos as reivindicações e de forma contundente apresentamos nossa perspectiva, enquanto entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, do campo, da floresta e das águas. Além do embate que faremos dentro dos conselhos, não descartaremos o enfrentamento, por meio de negociações e mobilizações nas ruas com nossas organizações e sociedade, para garantir o que conquistamos com nenhum direito a menos e sem retrocessos no que é direito do povo brasileiro”.

Governo federal discute indicadores para avaliar segurança alimentar da população. Site do MDSA, 20/09/2016.

Promovida pela Caisan, oficina reúne representantes de mais de 20 órgãos da administração federal, universidades e organizações da sociedade civil

Brasília - Representantes de diversos órgãos do governo federal se reuniram em Brasília, nesta terça-feira (20), para discutir os indicadores que permitirão avaliar se o país está cumprindo as metas do segundo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), com vigência até 2019. Entre as metas, estão um maior acesso a uma alimentação saudável, a redução da insegurança alimentar entre crianças e em comunidades e povos tradicionais e o combate ao sobrepeso e à obesidade.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Caio Rocha, os indicadores são importantes para traçar políticas públicas que atendam a população corretamente. “Não basta ter a política definida. A política sem indicador, sem monitoramento, é uma política que poderá levar a muitas injustiças”, explicou.

Caio Rocha defendeu que o acompanhamento dos desafios possibilitam também mudanças de rumos enquanto as ações estão em curso. “As políticas são um processo e sofrem mudanças. O gestor que não tiver os indicadores definidos estará com a sua gestão comprometida”, disse.

O representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, Alan Bojanic, elogiou a iniciativa de monitorar os avanços com diversas áreas do governo. “O monitoramento é fundamental para vermos como podemos desenvolver novas propostas, como gerar política para fazermos progressos. Não é possível ter uma boa política sem ter os números. No coração de uma política, sempre está a questão quantitativa, os indicadores”, destacou.

Bojanic também ressaltou que o acompanhamento do Plansan conversa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “O Brasil está gerando uma base muito importante, uma matriz de indicadores relacionados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o que pode servir para outros países que estão trabalhando nesta direção”, explicou. A erradicação da fome e da miséria até 2030 está entre as principais metas mundiais.

Além de gestores e técnicos dos órgãos que compõem a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e dos institutos de pesquisa, representantes estaduais, de universidades e da sociedade civil - por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e de Conseas Estaduais - também participam da oficina. *A Oficina de Trabalho sobre Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional* segue até esta quarta-feira (21).

PAA Leite reajusta preço pago aos agricultores familiares. Site do MDSA, 20/09/2016.

A medida beneficiará 21 mil produtores de leite de vaca e de cabra do Nordeste e do norte de Minas Gerais

Brasília – O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) reajustou os valores pagos pelo litro de leite de vaca e de cabra na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A medida

beneficiará 21 mil agricultores familiares do Nordeste e do norte de Minas Gerais – região que abrange o Semiárido.

Com a medida, o valor pago pelo litro ao produtor de leite de vaca passa a variar entre R\$1,07 e R\$1,17, conforme o estado. Para o leite de cabra, a variação ficou entre R\$1,51 e R\$2,13.

“Estávamos há quase três anos sem reajuste. A medida incentiva a inclusão produtiva dos produtores e auxilia aquelas entidades a melhorar a qualidade da alimentação de quem mais precisa”, destacou o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Caio Rocha.

Do total pago por litro, 60% em média ficam com o produtor e 40%, com os laticínios, que pasteurizam, embalam e transportam o produto final até os pontos de distribuição às famílias que recebem o leite.

Antes do reajuste, o preço por litro ao produtor variava entre R\$0,97 e R\$1,13 para o leite de vaca e R\$1,17 e R\$2,54 para o leite de cabra.

Programa – A distribuição gratuita de leite e o incentivo à produção de leite dos agricultores familiares são os principais objetivos do PAA Leite. O leite é doado prioritariamente para entidades da rede socioassistencial, de saúde e educação, para atender às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional ou diretamente para famílias registradas no Cadastro Único, com perfil de renda do Programa Bolsa Família.

O agricultor familiar que participa do PAA Leite deve possuir Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), respeitar o limite de venda de 100 litros por dia por produtor e ter comprovante de vacinação dos animais.

Fusão entre Bayer e Monsanto deve agravar insegurança alimentar no Brasil. Cida de Oliveira. Site do MST, 20/09/2016.

Para a Bayer, a fusão significa mais acesso a sementes, inclusive transgênicas. Para a Monsanto, é completar sua linha de produtos com mais de 80 agroquímicos produzidos pela alemã

Caso as mais de 30 agências regulatórias de todo o mundo aprovem a operação de fusão

entre as gigantes da indústria química Bayer e Monsanto, anunciada nesta semana, a nova companhia será a maior do ramo de insumos agrícolas do mundo. Para o Brasil, que se consolidou como maior consumidor de agrotóxicos do mundo e tem um frágil marco regulatório, a transação bilionária representa aumento do risco de insegurança alimentar principalmente quando avançam no Congresso projetos que afrouxam a legislação em vigor. O alerta é do professor Victor Pelaez, do programa de Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

"No país, a produção e o consumo de agrotóxicos seguem ditames capitalistas da chamada Revolução Verde, dos anos 1960, segundo os quais somente com a utilização intensiva desses insumos é possível alimentar a população mundial, quando sabemos que é por meio da distribuição de renda. Além disso, o país prioriza o incremento da produção por meio do agronegócio, que utiliza largamente agroquímicos e sementes transgênicas, relegando a preservação da saúde humana e do meio ambiente como entraves para o desenvolvimento", disse. "Nos países desenvolvidos, saúde e meio ambiente estão integrados no padrão de consumo."

O portfólio de produtos da Bayer para a agricultura inclui 26 inseticidas, dois herbicidas e um fungicida. A norte-americana Monsanto produz sementes convencionais – sendo dois cultivares de soja, três de milho e um de algodão – e as transgênicas. Nessa categoria estão um cultivar de soja, seis de milho e quatro de algodão. A empresa ainda fabrica o herbicida Roundup, à base de glifosato, o mais vendido em todo o mundo.

Para a Bayer, a fusão significa mais acesso a sementes, inclusive transgênicas, de soja e trigo. Para a Monsanto, é completar sua linha de produtos com mais de 80 agroquímicos hoje produzidos pela alemã.

Não é a toa que esses conglomerados, além da Basf, Dow e Du Pont, maiores fabricantes de agroquímicos do mundo, vêm adquirindo empresas de sementes nos últimos anos. Além de reduzir o custo de produção de itens diferentes quando se trata de uma mesma companhia – a chamada economia de escopo –, a empresa ganha também ao vendê-los para o mesmo cliente por meio de supostas facilidades.

É o que acontece quando o produtor rural compra sementes e agroquímicos do mesmo fabricante acreditando estar economizando. Em geral, porém, o desconto no preço da semente está embutido no preço do agrotóxico.

"Perfeita" como arroz e feijão, essa combinação vai reconfigurar o mercado mundial de sementes e agrotóxicos, concentrando o mercado, definindo preços, aumentando lucros e dividendos para os acionistas. E para isso, deverá redefinir estratégias de venda voltadas às especificidades dos países.

Desde 2009, a agricultura nacional – sobretudo com o agronegócio – transformou o país no maior consumidor mundial, que consome em média um milhão de toneladas de agrotóxicos por ano. Algo em torno de 5,2 quilos de veneno por habitante, muito mais do que os 1,8 quilos por habitante consumidos em 2012 nos Estados Unidos. O aumento do consumo no país, que na última década foi de 190%, deve-se principalmente à utilização crescente das sementes transgênicas, que produzem plantas capazes de sobreviverem mesmo com banhos de veneno cada vez mais tóxicos.

Quanto maior o consumo dessas tecnologias, menor a segurança alimentar. De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), o uso de agrotóxicos é uma das mais graves e persistentes violações do direito humano à alimentação adequada no Brasil porque impede o acesso da população a alimentos livres de veneno e saudáveis.

Para o Consea, ao consumir alimento contaminado, a população não tem acesso a alimentos saudáveis e seguros, ficando exposta aos riscos de desenvolvimento de várias doenças, como diversos tipos de câncer, distúrbios endocrinológicos, neurológicos e mentais, além de mais chances de malformação congênita, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais.

Sem contar que as autoridades de saúde do país consideram "limites seguros", que ignoram os efeitos da combinação de vários agrotóxicos ingeridos em uma mesma refeição ou ao longo do mesmo dia.

Ameaçadores

Victor Pelaez lembra que, na União Europeia (UE), vigora desde 2011 um marco regulatório do setor com regras mais rígidas. A aprovação dos produtos está baseada na análise do perigo. Formulações associadas ao desenvolvimento de câncer, malformações congênitas ou alterações endócrinas e neurológicas estão proibidas independentemente da dosagem. A lista de substâncias sujeitas a serem banidas inclui 57 ingredientes ativos, empregados em centenas de produtos.

"Isso terá efeitos significativos sobre estratégias de investimentos, que deverão ser voltados para a América do Norte, Àsia e América Latina", disse.

Segundo ele, até 2014 a Anvisa tinha cerca de 1.500 pedidos de autorização para produtos, 20% deles a base de substâncias passíveis de banimento na UE. Usá-las no Brasil significa riscos de barreiras técnicas comerciais aos produtos exportados para lá.

Como exemplo, o professor lembrou um caso ocorrido em 2011, quando cinco cargas de suco de laranja brasileiro foram barradas nos Estados Unidos por causa da utilização, no cultivo da fruta, de um fungicida em taxas acima do limite permitido.

Enquanto países como o Brasil estiverem comprando esses agrotóxicos, os fabricantes vão vendendo e continuam lucrando com princípios ativos antigos. "Porém, eles sabem que vai chegar a hora em que vão ter de tirar esses produtos do mercado. Por isso já pesquisam a transição da tecnologia química para a biológica, os biopesticidas, em que estão identificando micro-organismos capazes de combater doenças", diz Victor.

Segundo ele, os estudos começaram há mais de dez anos e já foram desenvolvidos pesticidas microbiais, que consistem em microrganismos; pesticidas bioquímicos, a partir de substâncias encontradas na natureza, que agem por meio de mecanismos não tóxicos, e pesticidas produzidos pelas próprias plantas a partir de genes nelas implantados.

Muitas dessas pesquisas são realizadas por meio de acordo entre Monsanto, Syngenta, Dow e Du Pont com empresas da área de biotecnologia, como Preceres, Novozymes, Marina Biotech, Alnylam, Plant Response Biotech, Radiant Genomics e Caribou.

Os biopesticidas teriam como vantagens menor toxicidade que os agroquímicos e uma suposta maior seletividade no combate aos alvos biológicos indesejados. Além disso, teriam maior eficácia em concentrações menores, decomposição em menos tempo e efeitos adversos ao meio ambiente mais brandos.

Seagri-DF abre chamada pública para compra de alimentos orgânicos. FETRAF, 26/09/2016.

Podem se beneficiar os agricultores familiares, empreendedores rurais povos e comunidades tradicionais e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições na Lei Federal nº 11.326

O Governo do Distrito Federal (GDF) abriu chamada pública para a aquisição de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar. Os interessados em participar devem apresentar os documentos de habilitação e a proposta técnica de venda na Diretoria de Compras Institucionais da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri-DF), pessoalmente ou via postal, até o dia 20 de outubro.

Esta é a quinta vez que a Seagri-DF promove a ação. A cesta orgânica verde, como é definida a chamada 005/2016, é um investimento de mais de R\$ 1,8 milhões que vai atender os programas sociais da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal.

Podem se beneficiar os agricultores familiares, empreendedores rurais povos e comunidades tradicionais e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead).

De acordo diretor de Compras Institucionais da Seagri-DF, Lucio Flávio da Silva, a chamada pública é proveniente do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (Papa-DF), o qual dispensa licitação. “O Papa-DF viabiliza a compra direta com os agricultores familiares e destaca a produção dessas pessoas. Esta aquisição busca melhorar a vida do produtor”, destaca.

Agricultores Familiares do assentamento Chapadinha são selecionados no PNAE. FETRAF, 26/09/2016.

Os agricultores familiares da Chapadinha irão fornecer hortaliças orgânica. Eles produzem com manejo sustentável e utilizam de práticas agroecológicas.

A Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Assentamento Chapadinha (ASTRAF-DF), localizado no Núcleo Rural de Sobradinho, cerca de 50 km de Brasília, foi selecionada para participar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da chamada pública da entidade executora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).

Os agricultores familiares da Chapadinha irão fornecer hortaliças orgânica. Os produtos são vegetais e frutas, entre eles a abóbora, acelga, alface, cebola, cenoura, chuchu, couve-flor, mandioca, manga, maxixe, milho, pepino, pimentão, repolho, tangerina, tomate e outros.

A ASTRAF-DF foi criada no ano de 2008 com o objetivo de captar recursos para apoiar a comunidade do Assentamento Chapadinha e região, sendo constituída legalmente com o apoio da FETRAF-DF. A associação foi composta inicialmente por 42 famílias. No ano de 2012, com o apoio da FETRAF-DF, EMATER-DF, e SEBRAE-DF criou-se a OCS chapadinha, cadastrado no Ministério da Agricultura, para venda direta ao consumidor da sua produção orgânica.

No assentamento e região os agricultores familiares produzem com manejo sustentável e utilizam de práticas agroecológicas. Isso, resulta em alimentos mais saudáveis e conservação do meio ambiente e seus recursos naturais.

Os agricultores familiares têm mercado garantido com as compras públicas dos programas Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de Aquisição de Alimentos (PAA). No último plano safra de 2016/2017, ainda sancionado pela presidente Dilma, os programas têm previsão de investimentos de:

- **PAA Compra Institucional: a previsão é movimentar até R\$2,7 bilhões em compras diretas da agricultura familiar;**
 - **PAA MDA e MDS: previsão de até R\$ 312 milhões para a compra de alimentos produzidos por agricultores familiares, cooperativas, associações, ...**
 - **PNAE: os estados e os municípios devem adquirir cerca de R\$ 1,1 bilhão de alimentos da agricultura familiar, com recursos transferidos pelo Governo Federal por meio do FNDE.**
-

Unidade do Exército em SC abre chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 27/09/2016.

A 14ª Brigada de Infantaria Motorizada vai adquirir 96,4 toneladas de alimentos por meio da Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos

Brasília – A 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, do Exército, com sede em Florianópolis (SC), lança sua primeira chamada pública para adquirir 96,4 toneladas de alimentos (hortifrúti, ovos, lácteos e peixes) da agricultura familiar. No total, serão investidos R\$ 414 mil.

Os produtos serão adquiridos por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Os alimentos abastecerão a 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, o 63º Batalhão de Infantaria e o Hospital de Guarnição de Florianópolis.

Podem participar da chamada pública, organizações e associações de agricultores familiares, de povos tradicionais e de famílias vinculadas a assentamentos da reforma agrária que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A proposta de venda e a documentação de habilitação podem ser entregues até as 9h do dia 3 de outubro, na Seção Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) do Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, rua Bocaiúva, nº 1858, em Florianópolis.

Na modalidade Compra Institucional, cada agricultor familiar poderá vender até o limite de R\$ 20 mil, por ano, para cada órgão comprador. Já para as cooperativas ou associações, o limite é de R\$ 6 milhões por ano, por órgão comprador.

Para entidades da administração pública federal direta e indireta, a legislação atual determina seja destinado ao menos 30% dos recursos em gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.

QUEM COMPRA

As compras são permitidas para quem fornece alimentação, como hospitais públicos,

forças armadas (Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira), presídios, restaurantes universitários, hospitais universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

QUEM VENDE

Agricultores e agricultoras familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que possuam Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). As cooperativas e outras organizações que possuam DAP Jurídica também podem vender nesta modalidade, desde que respeitado o limite por unidade familiar.

Institutos Federais de Educação investem R\$ 951 mil na compra de alimentos da agricultura familiar. Site do MDSA, 28/09/2016.

Aquisições foram feitas pela modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Brasília – Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia já investiram R\$ 951 mil neste ano na compra de 192 toneladas de alimentos da agricultura familiar. As compras são feitas pela modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).

O modelo possibilita que órgãos dos governos federal, estadual, distrital e municipal comprem, por meio de chamada pública, alimentos da agricultura familiar para o

atendimento de demandas próprias de abastecimento, proporcionando uma alimentação mais saudável porque a oferta dos alimentos está mais perto dos consumidores.

Segundo o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDSA, Caio Rocha, o ministério quer fortalecer a Compra Institucional. “Estamos ampliando a nossa atuação. Não queremos que o PAA fique restrito somente ao orçamento da União. Queremos que os órgãos públicos possam comprar mais da agricultura familiar”.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus Santa Inês (BA), investiu até o momento R\$ 138 mil em compras de alimentos dos agricultores da região. Os produtos serão destinados ao preparo das refeições do refeitório do instituto. Valter Costa Silva, responsável pelo setor de alimentos do campus, elogiou a produção. “Nós compramos 37 mil quilos de alimentos. Os produtos são de excelente qualidade”, afirmou.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus São José do Piauí (PI), é outro exemplo de órgão público que está investindo na compra de alimentos da agricultura familiar. Segundo o diretor geral, José Walter Silva e Silva, alguns alunos são filhos dos produtores rurais. “Esta é nossa primeira compra. Acho extremamente positivo que os alunos saibam que o alimento que eles estão comendo no refeitório veio da produção das suas famílias”.

Na modalidade Compra Institucional, o limite de venda por agricultor familiar (DAP pessoa física) é de R\$ 20 mil por ano, por órgão comprador, independente se já forneceu a outras modalidades do PAA ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Já o limite para cooperativas ou associações é de R\$ 6 milhões por DAP Jurídica, também por ano, por órgão comprador.

PAA repassa R\$ 12,9 milhões a agricultores familiares em setembro. Site do MDSA, 28/09/2016.

Recursos do Programa de Aquisição de Alimentos beneficiaram mais de 8 mil famílias de agricultores em todo o país

Brasília - Mais de 8,1 mil agricultores familiares já receberam o repasse feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) pelos produtos comercializados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em setembro. No total, o ministério transferiu R\$ 12,9 milhões diretamente para as famílias que venderam os alimentos pela modalidade de Compra com Doação Simultânea.

Além de beneficiar os agricultores familiares com a garantia de mercado e de renda, os produtos beneficiam pessoas em situação de insegurança alimentar e atende a necessidade de alimentos da rede de assistência social, de creches, escolas e asilos, além de restaurantes populares e cozinhas comunitárias.

O coordenador-geral de Sistemas Locais de Abastecimento Alimentar do MDSA, Paulo Sérgio Alves, ressalta que o PAA é uma das ações do governo federal para fortalecer a agricultura familiar. “O programa tem essa característica de inclusão produtiva. Além disso, é um incentivo para que o agricultor possa organizar a produção e vender também para outros locais, como comércios e feiras”, destaca.

O pagamento é feito todo mês, permitindo que o agricultor receba o recurso, no máximo, 30 dias após cada entrega de produtos. Cada família pode vender até R\$ 6,5 mil por ano. O saque é realizado com o cartão bancário específico do PAA, que também pode ser utilizá-lo em operações de débito.

CONTAG presente no II Fórum da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP. COMTAG, 29/09/2016.

O Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (MSC-CONSAN) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional (REDSAN) da CPLP estão reunidos para organizar o II Fórum da

Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional (FAFSAN II) na CPLP, em Lisboa, Portugal, de 26 a 30 de setembro de 2016. Este espaço gera uma oportunidade para a discussão, capacitação, partilha e fortalecimento do diálogo com outros atores.

O encontro reúne representantes dos países de língua portuguesa, representantes estes do governo, das universidades, do setor privado, e da sociedade civil - como organizações sociais. A CONTAG representa a plataforma de camponeses e camponesas do Brasil neste espaço.

O II Fórum é um espaço para debater a versão um das Diretrizes Regionais de Promoção da Agricultura Familiar na CPLP, tendo por base os resultados dos processos de consultas nacionais realizadas previamente pela sociedade civil nos Estados-Membros. A sistematização das Diretrizes de Promoção à agricultura familiar será encaminhada para o próximo CONSAN-CPLP, que será realizado no Brasil, no final de outubro de 2016, que na oportunidade será apresentada aos Chefes de Estados para sua aprovação e implementação.

O FAFSAN II está debatendo quatro temas centrais identificados como relevantes para a efetiva promoção da Agricultura Familiar na CPLP e para a implementação da Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP. São estes:

- Governança da terra e de outros recursos naturais;
- O reconhecimento e identificação da Agricultura Familiar;
- Compras públicas de alimentos;
- Políticas públicas para a agroecologia.

Na oportunidade, a CONTAG representou a sociedade civil da CPLP na mesa de Políticas Públicas para a agroecologia. A fala da Secretaria de Relações Internacionais da CONTAG destacou, inicialmente, a importância das mulheres e da juventude, e a necessidade de empoderar esses sujeitos para a construção coletiva no fortalecimento desse espaço. Também destacou algumas problemáticas a que vários países estão expostos, como os níveis crescentes de êxodo rural, de desertificação, contaminação dos solos e das águas, além da insegurança alimentar dos povos. “Para contrapor as problemáticas apresentadas, nós do MSC reconhecemos a agricultura familiar como

guardiã da terra, como produtora direta de alimento para erradicação da fome. Porém, não basta produzir alimentos, faz-se necessário que esses alimentos sejam saudáveis, e para tanto a importância da produção agroecológica”, destacou a assessoria da CONTAG.

A mensagem da CONTAG também ressaltou a preocupação com a implantação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que tem por principal objetivo a integração, articulação e adequação das políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis. O II Planapo 2016-2019 foi lançado durante o Plano Safra 2016-2017, ainda no Governo Dilma Roussef, com a existência do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Porém, há uma grande preocupação em relação a implementação do plano no atual governo, visto que o próprio Ministério de Desenvolvimento Agrário foi extinto. Portanto, há uma grande preocupação no que tange ao retrocesso de direitos para a agricultura familiar”, complementou a assessoria.

Declaração II Fórum da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional na C PLP - FAFSAN II. CONTAG, 30/09/2016.

Reunidos em Lisboa para participar no II FÓRUM DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA CPLP (FAFSAN II), entre os dias 26 e 30 de setembro, representantes de mais de 500 organizações da sociedade civil reunidas no Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP discutiram, conjuntamente com representantes dos parlamentares, académicos e sector privado, a implementação da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade.

Neste importante espaço de articulação multi-atores, foram discutidas no FAFSAN II

ações concretas a propor aos governos para reverter um quadro em que o direito a uma alimentação adequada ainda não é uma realidade para cerca de 150 milhões de pessoas que sofrem o impacto de um sistema alimentar social e economicamente ineficaz. Desnutrição, mal nutrição, sobrepeso e obesidade estão hoje na base de uma situação alarmante ao nível de doenças como hipertensão, diabetes e cancro, consumindo entre 20% a 30% dos orçamentos públicos anuais nos vários Estados da CPLP. Este quadro exige uma transição para a humanização alimentar, ou seja, para sistemas alimentares mais democráticos e sustentáveis e, nesse sentido, os participantes decidiram:

1. Recordar aos governos a necessidade de continuar a construção dos mecanismos para governança da Segurança Alimentar e Nutricional com a participação da sociedade civil em particular em Portugal, Guiné Equatorial e Angola. Os participantes congratulam-se com a crescente existência de Conselhos nos demais países da Comunidade e solicitam o apoio técnico da Organização das Nações Unidas - FAO para a sua consolidação.

2. Efetuar um Pacto para a Melhoria da Governança da Terra e outros Recursos Naturais assente na institucionalidade da ESAN-CPLP ou de comités nacionais e regional de negociação sobre a terra. Este Pacto, visando maior transparência, prestação de contas e convergência política no tocante à garantia de direitos de acesso e uso da terra contará com um observatório da terra e provedor para o monitoramento da implementação das Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais no contexto da Segurança Alimentar Nacional aprovadas pelo Comité Mundial de Segurança Alimentar das Nações Unidas.

3. Recomendar aos governos o apoio imediato aos agricultores familiares na Comunidade já que estes são provedores de 70% a 100% dos alimentos saudáveis consumidos em todos os países. Para o efeito deverão os Estados membros, aprovar na próxima reunião do CONSAN-CPLP as Diretrizes para a Promoção da

Agricultura Familiar nos Países da CPLP e realizar estudos nacionais coordenados e coerentes, visando a identificação e reconhecimento legal destes produtores para efeitos de políticas de discriminação positiva no acesso a terra, água e outros recursos

naturais, serviços e infra-estruturas.

4. Iniciar a construção de políticas para a agroecologia providenciando um quadro legal e institucional adequado e serviços de assistência técnica, investigação participativa, crédito, seguros e acesso a mercados para os agricultores agro ecológicos. Avaliar um acordo de comércio preferencial ao nível da CPLP e a institucionalização de mecanismos de certificação multi-atores da Comunidade. Promover a construção de capacidades através do lançamento de um centro de competências e rede de transferências tecnológicas em modelos de produção sustentável;

5. Implementar, ativamente, políticas de compras públicas de alimentos em particular ao nível da alimentação escolar, privilegiando a compra de alimentos locais aos produtores familiares. Nesse sentido, e visando construir capacidades a vários níveis, a sociedade civil reclama da CPLP a realização de uma ação de intercâmbio de conhecimentos envolvendo a sociedade civil mas também quadros governamentais e das escolas visando construir capacidades e discutir uma política global da CPLP para as compras publicas de alimentos.

O Fórum decorre num momento marcado por diversas incertezas relativamente à situação política em alguns países da Comunidade. Nesse sentido, os participantes do FORUM solicitaram desde o primeiro momento ao governo do Brasil, que acolherá a próxima Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a confirmação da realização prévia da reunião do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, tendo em vista o papel de assessoria que este órgão tem relativamente aos Chefes de Estado e de Governo.

O Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN agradece a todos os atores relevantes na Comunidade a sua participação e apoio a este II Forum, em especial, à Presidência do CONSAN-CPLP, exercida pelo Ministério da Agricultura de Timor Leste, ao Secretariado Executivo da CPLP e à Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Agradece igualmente à Associação para a Mudança e Representação Transcultural (AMRT), em Talude, concelho de Loures, pela calorosa recepção e apoio prestados.

Lisboa, 29 de setembro de 2016

Em áreas de commodities, índices de malformados é 300% acima da média, diz defensor. Nadiane Nascimento. Site do MST, 30/09/2016.

Marcelo Novaes, da Defensoria Pública, é membro do Fórum Paulista de Combate ao Impacto dos Agrotóxicos e Transgênicos

Há sete anos, o Brasil é líder mundial no uso de agrotóxicos e muitas substâncias vetadas em outros países continuam sendo vendidas aqui. O consumo médio mensal per capita é de 5,2 kg de veneno agrícola no país. Só o estado de São Paulo consome cerca de 4% de todo veneno produzido no mundo.

Malformações, intoxicações, alguns tipos de câncer e empobrecimento e contaminações do solo são alguns dos efeitos graves atribuídos ao uso massivo dessas substâncias na agricultura. Trabalhadores rurais e moradores do entorno de fazendas fazem parte dos grupos de risco mais alto.

Para debater os impactos o uso de agrotóxicos, analisar seus impactos, estabelecer estratégias de fiscalização e atuação institucional no combate ao uso inadequado dessas substâncias no estado de São Paulo foi criado no fim de agosto o Fórum Paulista de Combate ao Impacto dos Agrotóxicos e Transgênicos.

Grupos de defesa do consumidor, representantes da Defensoria Pública do Estado, da Defensoria da União, do Ministério Público Federal, pesquisadores, organizações sociais, como a Aliança pela Água, e sindicais, como a CUT, integram o fórum.

Marcelo Novaes, representante da Defensoria Pública Estadual de São Paulo no fórum, comenta em entrevista ao Brasil de Fato os principais efeitos socioambientais dos agrotóxicos no estado. Com base em dados levantados pelo Observatório de Saúde Ambiental, Novaes associa o crescimento das taxas de câncer ao uso indevido desses produtos.

"De 2000 a 2013, a taxa de prevalência média de malformações no estado foi de 7,8 [para cada 100 mil nascidos vivos] e, em algumas cidades do interior, inseridas em um território de produção de cana, café, soja, os índices se aproximavam de 24, o triplo do que existia em Cubatão. Os estudos apontam que em 70% dos casos de malformação a

razão decorre de problemas ambientais e não de problemas de transferência de carga genética", diz.

Confira a seguir a entrevista completa:

Como se configura o Fórum Paulista de Combate aos Agrotóxicos e Transgênicos?

Esse fórum foi organizado para sincronizar entre algumas instituições na luta contra os agrotóxicos as informações sobre o que está sendo feito em cada uma delas. Buscamos também fazer um intercâmbio com as atividades acadêmicas e, assim, reunir os institutos de pesquisa e buscar o apoio da sociedade civil. Há a necessidade de que essas informações sejam expostas para a população e essa se mobilize.

O Fórum é aberto e democrático. São basicamente seis coordenadorias, com integrantes de inúmeras entidades e instituições jurídicas, além de um representante da sociedade civil. Acreditamos que o debate da fiscalização, controle e coibição do uso ilegal e irrestrito dos agrotóxicos deve ser feito no aspecto social, jurídico e científico.

No lançamento do Fórum vocês discutiram os dados do Observatório de Saúde Ambiental. Quais os principais temas levantados?

O relatório do Observatório de Saúde Ambiental mostra que, em alguns municípios do interior de São Paulo, as taxas de nascidos com malformação chega a ser 300% superior à média estadual. Todos esses municípios têm em comum o fato de estarem inseridos em zonas de produção de commodities agrícolas, onde há, por consequência, uma grande utilização de agrotóxicos. O Brasil é campeão mundial do uso de agrotóxicos, e só o estado de São Paulo usa cerca de 4% de todo o agrotóxico produzido no mundo.

De 2000 a 2013, a taxa de prevalência média de malformações no estado foi de 7,8 para cada 100 mil nascidos vivos e, em algumas cidades do interior, inseridas em um território de produção de cana, café, soja, os índices se aproximavam de 24, o triplo do que existia em Cubatão. Os estudos apontam que em 70% dos casos de malformação a razão decorre de problemas ambientais e não de problemas de transferência de carga genética.

Pela própria natureza dos agrotóxicos, que são biocidas, perigosos e que exigem cautela no seu manuseio, obviamente sua utilização em larga escala provocaria efeitos deletérios. O que o estudo prova é que essas consequências não estão por vir, elas já chegaram há muito tempo. Todos nós estamos expostos a isso em razão da contaminação da água e dos alimentos. Cerca de 30% dos alimentos consumidos pela população são impróprios. Eles não poderiam ser destinados nem para a produção de ração animal. Eles deveriam ser incinerados.

Levantamos também a questão da pulverização aérea, que é proibida ou vista com sérias restrições na comunidade europeia, e tem previsão de abandono no ano de 2017. E, aqui no Brasil, principalmente em São Paulo, a situação é muito preocupante.

No estado, temos 48 empresas de aviação agrícolas registradas no Ministério da Agricultura, que juntas pulverizaram uma área correspondente a 11,82% do território paulista somente em 2015. É como se pegasse o mapa de São Paulo e apagasse o Vale do Paraíba, a Baixada Santista e a Grande São Paulo, com produtos banidos em outros países em razão de seus efeitos mutagênicos e cancerígenos.

Quais são os grupos mais atingidos?

Em tese, os grupos mais atingidos seriam os profissionais da saúde, que manuseiam agrotóxicos utilizados no combate aos vetores de algumas epidemias; os trabalhadores da agricultura; os trabalhadores das indústrias que manuseiam e formulam esses produtos; e de uma maneira genérica, toda a população que consome os alimentos contaminados. O que esse estudo demonstrou é que existe um outro grupo, que é a população interiorana que mora em municípios onde a fronteira entre o rural e o urbano é muito tênue.

Temos denúncias de cidades em que 8% da população está em tratamento de câncer, como Coronel Macedo, por exemplo. O município de Bento de Abreu é o campeão paulista na taxa de prevalência média de câncer de encéfalo no estado de São Paulo.

Esses dados mostram que o agronegócio, da maneira que está sendo praticado, deixa um rastro de destruição e morte no interior. Os agrotóxicos não são defensivos agrícolas, não são agroquímicos, não são soluções modernas para a agricultura, não são substâncias "amigas" das pessoas e das plantas. São substâncias intrinsecamente tóxicas.

Como você avalia as políticas públicas ambientais no Brasil?

O que podemos observar é que há um retrocesso nas políticas públicas ambientais que não surgiu agora mas que vem se acentuando de maneira acelerada.

Uma das primeiras leis assinadas pelo novo governo foi a autorização da pulverização aérea de substâncias tóxicas nas cidades para o combate do mosquito da dengue, mesmo com todas as manifestações contrárias [de profissionais] da área da saúde. Tudo sem nenhuma justificativa científica, sanitária ou técnica.

Além disso, temos o PL dos agrotóxicos [3200/15], que é extremamente preocupante, não só pelo troca do nome de agrotóxico por fitossanitário, mas também porque o controle do que vai ser usado no país deixa de ter a interferência das áreas de meio ambiente e de saúde.

Somado a isso, temos um projeto [4059/12] que permite a aquisição de terras por estrangeiros, o que atenta contra a soberania nacional. O projeto possibilita que o mercado financeiro, por exemplo, seja proprietários de extensas áreas em nosso país sem nenhuma responsabilidade socioambiental.

A destruição por trás de certa cultura alimentar. Inês Castilho. Site do MST, 30/09/2016.

Em tempos de uso maciço de agrotóxicos e sementes transgênicas na agricultura, e hormônios e antibióticos na pecuária, todo cuidado é pouco.

Cada vez mais pessoas se perguntam sobre a origem dos alimentos que colocam na mesa. Em tempos de uso maciço de agrotóxicos e sementes transgênicas na agricultura, e hormônios e antibióticos na pecuária, todo cuidado é pouco: pesticidas, herbicidas e medicamentos deixam vestígios na carne, no leite e nos ovos. Alimentar-se passou a ser uma prática arriscada.

Assim como o do açúcar, o consumo de carne é um hábito arraigado em nossa cultura alimentar. Sem “mistura” não há refeição, acreditam muitos. Mas não é mais possível

deixar de refletir sobre o que há por trás daquela carne moída ou picanha suculenta. Vivemos no maior país produtor de carne bovina e de soja para a pecuária do mundo. A soja, em grande parte transgênica, tem sido uma grande causa do desmatamento. E a produção de um único quilo de carne consome 15 mil litros de água, num país que vive profunda crise hídrica,

O Atlas da Carne: Fatos e números sobre os animais que comemos revela os bastidores do consumo da carne no mundo: os males que causa à saúde humana, aos animais e ao meio ambiente. E apresenta as alternativas possíveis. Elaborado por pesquisadores da Fundação Heinrich Böll no Brasil, Chile, México e Alemanha, o Atlas mapeia a produção industrial de carne no mundo e conta como ela atinge recursos hídricos e solos, influencia as mudanças climáticas e aumenta a desigualdade. Fica claro que o preço da carne não reflete seu verdadeiro custo de produção.

“Você sabia, por exemplo, que a produção de carne está diretamente relacionada ao desmatamento da Amazônia? Que a criação animal em escala industrial traz consequências para a pobreza e a fome, provoca deslocamento e migração, afeta o bem-estar animal, além de contribuir para as mudanças climáticas e para a perda de biodiversidade?”, pergunta o Atlas. As embalagens de carne, frango e linguiça que compramos nos supermercados não respondem essas questões.

A carne que comemos, em sua grande maioria produzida industrialmente, é de “animais que nunca, ao longo de sua curta vida, se mexem em espaços maiores de 20 a 50 cm, recebem quantidades enormes de antibióticos e são nutridos com soja, produzida em particular no Brasil, que com a safra de 2013-2014 tornou-se o maior produtor do mundo desses grãos, alcançando 90 milhões de toneladas anuais.”

O Brasil está ou em primeiro lugar ou entre os primeiros três, no mundo, na produção e exportação de carne bovina, frango, soja e milho. A demanda vem também da Europa, onde o gado é alimentado pela soja e milho produzidos aqui. “Nesse sentido, a ideia do Atlas é mostrar que os consumidores europeus são coniventes dos males que a produção da soja traz ao Brasil.”

As políticas públicas fomentam o agronegócio, que recebe subsídios muito maiores que os da agricultura familiar, mas é esta que alimenta o povo brasileiro, produzindo 70% dos alimentos consumidos no país. Algumas das consequências deste modelo de produção são grilagem de terra, expulsão de pequenos agricultores, assassinatos de

líderes camponeses e indígenas, além de fortes impactos na saúde das pessoas que trabalham com agrotóxicos.

Contudo, aponta o Atlas, se o consumo de carne fosse reduzido e a carne produzida de modo diferente, com criação de gado em pequena escala e em zonas urbanas, o meio ambiente poderia ser protegido e a pobreza, reduzida. O uso apropriado do solo, integrado à criação de animais, tem um efeito ambiental positivo.

“A carne pode ser produzida mantendo os animais em pastos ao invés de confinados, produzindo e consumindo localmente ao invés de transportá-la por milhares de quilômetros. O esterco não precisa pesar sobre a natureza e na saúde da população local, ele pode ser espalhado pelos campos do próprio fazendeiro, enriquecendo o solo.”

O “Atlas da Carne” nos leva a viajar ao redor do mundo, com informações sobre as conexões globais feitas quando comemos carne. Afinal, “a produção e o consumo de proteína animal é também, certa e eminentemente, um assunto econômico, político, socioambiental, sem mencionar a saúde pública.”

Outras Palavras publica a seguir o capítulo “O que a soja brasileira tem a ver com a pecuária globalizada?”....

O que a soja brasileira tem a ver com a pecuária globalizada?

A soja brasileira é resultado da cadeia produtiva global do agronegócio, que é dominado por um pequeno número de empresas multinacionais responsáveis por controlar todas as etapas do processo de plantio, dos insumos ao maquinário.

A soja é a cultura agrícola que, globalmente, vem crescendo em ritmo mais acelerado nas últimas décadas, estimulada pelo forte aumento do consumo de carnes, principalmente nos chamados países emergentes. Estima-se que 90% da soja produzida no mundo tenha como destino a fabricação de farelo utilizado em rações animais, como fonte de proteínas.

O cultivo é concentrado em um pequeno número de países. Estados Unidos, Brasil e Argentina responderam em 2014 por 82% da produção e 81% das exportações mundiais do grão, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). Embora os Estados Unidos sejam o maior produtor, é na Argentina, Brasil e Paraguai que a expansão do cultivo ocorre em ritmo mais acelerado. A China é o maior importador. Suas compras representam quase dois terços de todo o comércio mundial. A União Europeia vem em segundo lugar, com 11%. Nos últimos anos, o Brasil alterna com os Estados Unidos a posição de maior exportador de soja em grãos.

No Cone Sul, a produção agrícola sob a forma de grandes áreas de monoculturas, como no caso da soja e do milho, não atrai apenas a presença de grandes fazendeiros. Estão presentes na cadeia produtiva destas culturas grandes empresas multinacionais, dedicadas à produção de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. São elas que se apropriam da maior parte da renda gerada a partir da produção agrícola.

A soja tem peso crescente nas exportações brasileiras. Em 2014, foi o principal produto de exportação, respondendo por mais de 10% do valor total das exportações. Apesar do elevado consumo interno, pois o Brasil é grande produtor de carnes, o país exporta em média 70% de sua produção total.

As principais empresas da cadeia produtiva são quatro grandes multinacionais, presentes em todos os países exportadores de soja, que comercializam os grãos adquiridos de agricultores: Bunge, Cargill, ADM (norte-americanas) e Dreyfus (francesa). Juntas, compram cerca de dois terços da soja produzida no Brasil. Respondem também por cerca de 60% das exportações brasileiras de soja, e todas se situam entre as dez maiores exportadoras do país. As empresas nacionais do setor têm participação mais reduzida, destacando-se a Amaggi, a Coamo e a Caramuru. É também crescente a participação das quatro multinacionais na produção do biodiesel elaborado a partir do óleo de soja. Bunge e Cargill são as maiores produtoras. Além disso, essas quatro grandes comercializadoras de grãos dominam a maior parte das indústrias de esmagamento da soja e de produção de fertilizantes.

Estas mesmas empresas oferecem financiamento ao produtor para o plantio da soja. As empresas financiam diretamente ou através de intermediação todo o plantio, dos insumos ao maquinário, utilizando-se de mecanismos como o da “soja verde”, através do qual o produtor vende a soja antecipadamente em troca de sementes, fertilizantes

químicos e pesticidas. Contratos como estes terminam por aprisionar o produtor, já que, ao final da colheita, sua pequena margem de lucro não permite mais do que a subsistência. Assim, ele se vê forçado a assinar um novo contrato que lhe permita seguir sobrevivendo.

Ainda como consequência desta modalidade de contrato de financiamento, os produtores compram das empresas um pacote tecnológico fechado, que determina o maquinário e os insumos a serem utilizados. É aí que entram em cena outras grandes multinacionais, que dominam os diversos segmentos da cadeia produtiva do agronegócio, cada vez mais concentrado em mãos de um pequeno número de empresas.

As principais fabricantes de máquinas agrícolas são as norte-americanas John Deere e AGCO (proprietárias das marcas Massey Ferguson e Valtra) e a italiana Case New-Holland. No fornecimento de sementes (transgênicas), as norte-americanas Monsanto e Dupont, a suíça Syngenta e a alemã Basf dominam o mercado. O segmento de fertilizantes passou a ser controlado por um oligopólio privado, composto por três multinacionais: Hydro/Yara (norueguesa), Bunge/Fosfértil (holandesa) e Cargill/Mosaic (americana). Juntas, essas empresas dominam 90% do mercado brasileiro de fertilizantes químicos.

Desde 2008, o Brasil já é o maior consumidor mundial de agrotóxicos e o cultivo da soja responde por cerca de 45% do valor do consumo destes produtos no país. As seis maiores empresas produtoras – Basf, Bayer, Dow, Dupont, Monsanto e Syngenta – controlam hoje 66% do mercado mundial. E, no Brasil, as dez maiores empresas são responsáveis por 75% das vendas de agrotóxicos. O país, que é também o maior importador mundial, tornou-se um mercado especialmente atraente para fabricantes de agrotóxicos proibidos na Europa e Estados Unidos, como a norte-americana FMC, a dinamarquesa Cheminova, a alemã Helm e a suíça Syngenta.

Estas empresas que dominam a cadeia produtiva da soja, juntamente com um pequeno número de grandes produtores rurais, se apropriam da maior parte da renda gerada pela atividade. Concentrando a propriedade da terra e agredindo o meio ambiente, a expansão da soja tem como virtude única a obtenção de divisas com exportações, enquanto acumula uma crescente dívida social e ambiental.